EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGOS SOBRE DIVERSIDADE, GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Sandy Kelly Santana de Oliveira [1], Violeta Maria de Siqueira Holanda [2]

RESUMO

O projeto tem por objetivo promover a Educação em Direitos com ênfase no diálogo reflexivo e propositivo sobre Direitos Humanos, Diversidade, Gênero e Violência Doméstica e Familiar, contribuindo para a promoção de ações voltadas para a garantia de direitos, dos valores comunitários e de solidariedade, e do exercício pleno da cidadania. Focalizando no município de Redenção-Ce, localizado na região do Maciço de Baturité, onde se apresenta a escassez de infraestrutura e equipamentos voltados para a prevenção e o combate a violência doméstica e familiar exige medidas de promoção a educação e defesa dos direitos humanos das mulheres. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem de caráter qualitativo, buscando compreender a dimensão subjetiva da realidade e fomentar um olhar sobre o contexto histórico, cultural, político e psicossocial. Fundamentando-se no princípio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que promove a formação crítica de sujeitos/sujeitas com potencial para agir em defesa e proteção da dignidade humana. A vista disso, o projeto articulou com a gestão municipal, o conselho da mulher e a gestão de uma escola E.E.M. Doutor Brunilo Jacó, beneficiada com o projeto, com a aplicação de oficinas temáticas. As oficinas contemplavam metodologias interativas e problematizadoras. Além da formação com a equipe interna do projeto (bolsistas e voluntários/as), por meio de estudos de textos críticos de teóricas feministas de gênero. Além do mais, tentou-se a implementação do Centro de Referência da Mulher do município de Redenção, no entanto, não foi possível devido a determinados critérios logísticos. Concluímos que o projeto auxilia de forma efetiva no combate a violência doméstica e familiar, independentemente de a região apresentar falta de infraestrutura e equipamentos direcionados a prevenção e combate a tais violências.

Palavras-chave:

Direitos Humanos. Gênero. Violência doméstica e familia.

[1] Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades, Discente, e-mail: sandykelly072@gmail.com
[2] Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades, Docente, e-mail: violeta@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, através da promoção e da vivência de atitudes, hábitos, comportamentos e valores como igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz (Gorczevski & Tauchen, 2008:71). Um dos temas relevantes que pautam a agenda da Educação em Direitos Humanos é a igualdade de gênero, com ênfase na prevenção, ou até a erradicação, da violência contra as mulheres. O sistema Interamericano dos Direitos Humanos, por exemplo, promove a proteção das mulheres através da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicara Violência contra a Mulher, de Belém do Pará, de 1994.

Ademais, pesquisas apontam que a violência contra as mulheres diminui o desenvolvimento econômico de cada nação, empobrece os indivíduos, famílias e comunidades. No mínimo, uma em cada três mulheres no mundo já foi abusada, de alguma forma, durante a sua vida. A violência contra as mulheres e meninas é uma das formas mais generalizadas de violações de direitos humanos. Devido a isto, o projeto objetivou promover a Educação em Direitos com ênfase no diálogo reflexivo e propositivo sobre Direitos Humanos, Diversidade, Gênero e Violência Doméstica e Familiar, contribuindo para a promoção de ações voltadas para a garantia de direitos, dos valores comunitários e de solidariedade, e do exercício pleno da cidadania

Em analise estadual, temos no nordeste do Brasil, uma pesquisa recente sobre as Condições Socioeconômicas e Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (PCSGDFMulher), realizada pela Universidade Federal do Ceará e o Instituto Maria da Penha, cujo dados aponta que três em cada dez mulheres nordestinas (27,04%) já foram vítimas de violência doméstica. Além de prejudicar a saúde física e mental, a violência praticada pelos parceiros tem reflexos no campo social e econômico das vítimas, acarretando reduções salariais, dias não trabalhados, perda de produtividade e diminuição no tempo de permanência no emprego. As vítimas da violência doméstica recebem até 10% menos (PCSGDFMulher, 2017).

Na região do Maciço de Baturité a escassez de infraestrutura e equipamentos voltados para a prevenção e o combate a violência doméstica e familiar exige medidas de promoção a educação e defesa dos direitos humanos das mulheres. A região está localizada no sertão central do estado do Ceará, possui uma área de 3.709 km² e população total é de 210.317 habitantes, sendo 94.974 pessoas (45,16%) na zona urbana e 115.343 pessoas (54,84%) na zona rural (MDA/SDT/CONSAD,2010). Ratifica-se a inexistência de serviços articuladas de atendimento e equipamentos públicos de prevenção e combate à violência doméstica e familiar na região, exigência da lei nº11.340 (Lei Maria da Penha). Não há, por exemplo, nenhuma delegacia especializada para atendimento às mulheres, embora a população geral já ultrapasse a mais de duzentas mil pessoas.

No município de Redenção, local onde está sediada a Unilab e onde é aplicado este projeto, havia um centro de referência da mulher inaugurado em 2007. Este centro funcionou precariamente até 2016, sendo fechado no mesmo ano. Após algumas demandas da própria comunidade e da universidade, a gestão municipal reiniciou o interesse pelo fortalecimento das políticas voltadas para a igualdade de gênero e prevenção e combate à violência doméstica e familiar. Em 2018, o município articula a retomada do Conselho da Mulher de Redenção, convidando a Unilab para compor o conselho, e planeja reestabelecer o Centro de Referência da Mulher, em 2019.

Em consequência do que foi explicitado, o projeto auxilia efetivamente na formação em direitos humanos, diversidade e gênero de conselheiras, servidores/as municipais, agentes e lideranças com atuação nas questões de violência doméstica e familiar contra as mulheres, além do fortalecimento da rede de serviços de atendimento e/ou referência às mulheres em situações de violência doméstica e familiar e ouvidoria em direitos humanos. Ademais, contribuiu na formação crítica de jovens e professore/as de uma escola de Redenção, com oficinas temáticas relacionadas aos Direitos Humanos, Diversidade, Gênero e Violência Doméstica e Familiar. A proposta contribuirá a promoção de ações voltadas para a garantia de direitos, dos valores comunitários e de solidariedade, e do exercício pleno da cidadania.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem de caráter qualitativo, buscando compreender a dimensão subjetiva da realidade e fomentar um olhar sobre o contexto histórico, cultural, político e psicossocial. Fundamentando-se no princípio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que promove a formação crítica de sujeitos/sujeitas com potencial para agir em defesa e proteção da dignidade humana.

Desta forma, os processos educacionais voltados aos agentes públicos e comunitários com potencial de participação em ações de Educação em Direitos Humanos, Gênero, Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Familiar, focarão a qualificação e formação de sujeitos/as cidadãos/cidadãs participativos/as na sociedade de forma autônoma, consciente e reflexiva. Por conseguinte, torna-se necessária a adoção de procedimentos metodológicos que possibilitem a esses/essas sujeitos/as e aos demais agentes envolvidos (as) no projeto a se posicionar, analisar, falar, colocar seu ponto de vista, argumentar, escutar, perguntar, elaborar, tornando-se membro ativo de sua aprendizagem.

Assim, nos aproximamos das concepções do educador brasileiro Paulo Freire (1996), que propõe um modelo educativo dialético, objetivando construir e vivenciar metodologias e práticas pedagógicas reflexivas, intencionais, críticas e emancipatórias. Trata-se de um processo educativo dinâmico, que considera as habilidades e conhecimentos prévios, para, a partir deles, (re) construir o conhecimento, fundamentado no "aprender a aprender" para o mundo do trabalho e da vida, baseado na troca e no diálogo entre educadores (as) e educandos (as).

Tendo em vista que vivemos em uma sociedade plural, compreendemos que necessitamos de novas formas de ensinar e aprender que considere a diversidade das pessoas, sejam elas pobres, ricas, religiosas, não religiosas, negras, brancas, índias, homossexuais, heterossexuais, com deficiência, etc. É necessário, portanto, a formação continuada em direitos humanos, diversidade, relações de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e a consciência de que esses elementos influenciam no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das/os estudantes, famílias, professoras/es.

O avanço da pauta feminista e a necessidade do desenvolvimento de ações educativas, projetos e programas sociais voltados para o trabalho com mulheres, demandam das instituições públicas e privadas o investimento em capacitações nas áreas de gênero, sexualidades e direitos humanos. Nesse processo, núcleos universitários e grupos da sociedade civil organizada têm mobilizado esforços no sentido de ampliar as reflexões e os referenciais teórico-metodológicos sobre as referidas temáticas, bem como suas repercussões nos processos educativos por meio da utilização de pedagogias feministas de gênero.

Entende-se por pedagogia feminista, o conjunto de princípios e práticas que visa a conscientizar indivíduos, tanto homens como mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e, assim, atuarem de modo que construam a equidade entre os sexos. Seu principal objetivo, portanto, é libertar homens e mulheres das amarras das ideologias e hierarquias de gênero, objetivo este que se aplica a todas as metodologias desenvolvidas para o trabalho com mulheres (SARDENBERG, 2006:46).

A vista disso, o projeto articulou com a gestão municipal, o conselho da mulher e a gestão de uma escola E.E.M. Doutor Brunilo Jacó, beneficiada com o projeto, com a aplicação de oficinas temáticas. As oficinas contemplavam metodologias interativas e problematizadoras. Além da formação com a equipe interna do projeto (bolsistas e voluntários/as), por meio de estudos de textos críticos de teóricas feministas de gênero. Além do mais, tentou-se a implementação do Centro de Referência da Mulher do município de Redenção, no entanto, não foi possível devido a determinados critérios logísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que esse projeto de extensão está auxiliando na construção de ações para o enfrentamento ao machismo, preconceito, violência doméstica e familiar. Além disso, estamos em processos de aprendizagem crítica entre as/os estudantes participantes de nossas reuniões, devido aos debates levantados pelo projeto. Sempre que possível e necessário estabelecemos relações dialógicas e cooperativas entre o corpo discente e as participantes de nossas atividades ou entre as parcerias. Também, estamos no processo da realização de

atividades de combate e enfrentamento à violência doméstica e familiar em parceria com os setores da Unilab (Propae), além da tentativa de estabelecer uma parceria direta com a Casa da Mulher Brasileira, em Fortaleza.

Sobre o principal público do projeto de extensão, observa-se a necessidade da continuidade do debate sobre violência de gênero entre estudantes e, em particular, as jovens vulneráveis a situações de violência. Ademais, observa-se que está havendo uma compreensão e interesse sobre as repercussões das questões de gênero e violência entre a comunidade acadêmica. Estamos observando nessas narrativas mudanças no tocante a uma maior participação nas atividades que o foco é a questão do gênero e violência. Além do aumento de debates sobre o tema.

Em relação ao protocolo de assistência à mulher em situação de violência sexual e de gênero, está sendo elaborado em parceria com a Propae, e não mais com a prefeitura de Redenção, devido a mudança de gestão no secretariado da Prefeitura (educação, assistência social) e descontinuidade das ações da política de enfrentamento à violência doméstica e familiar no município e, em particular, no Conselho da Mulher de Redenção.

CONCLUSÕES

Concluímos que o projeto auxilia de forma efetiva no combate a violência doméstica e familiar, independentemente de a região apresentar falta de infraestrutura e equipamentos direcionados a prevenção e combate a tais violências. Esperamos que através das capacitações, a população atendida tenha uma melhor percepção das desigualdades estruturais de gênero em que as mulheres estão inseridas. Uma melhor identificação crítica às atitudes patriarcais e machistas a partir dos contextos locais, um melhor reconhecimento da contribuição dos movimentos feministas pela emancipação das mulheres na sociedade.

Também, uma melhor compreensão sobre os Tipos de Violência e o seu Ciclo. uma melhor compreensão da Lei Maria da Penha e dos mecanismos de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar, incluindo os serviços públicos e equipamentos determinados pela lei. Um melhor reconhecimento dos direitos das mulheres e da importância da mobilização coletiva para a garantia dos mesmos em contextos locais, além de um melhor aprimoramento do controle social das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres nos municípios, e uma maior valorização e empoderamento das mulheres diante dos desafios da vida familiar e em sociedade.

Finalmente, esperamos que as oficinas temáticas nas escolas propiciem um ambiente escolar mais inclusivo e sensível às questões de direitos humanos, diversidade, gênero e violência doméstica e familiar, valorizando os saberes/valores comunitários e de solidariedade. Pois se tratando das relações entre educação escolar e diversidade, é importante ressaltar que a escola desempenha um papel importante na formação para a convivência com as diferenças. Contudo, como parte da sociedade, muitas vezes, ela mesma discrimina quando produz e reproduz desigualdades de gênero, raça, etnia e classe em seu cotidiano. A intolerância tem sido uma tônica de diversos espaços sociais, sendo a escola um desses espaços. É comum ainda, nos dias de hoje, denúncia de discriminações raciais (SANTANA; MULLER, 2012) entre tantas outras formas de preconceito ou mesmo discriminação que a escola, ou silencia ou exerce, suja com os estudantes, seja com suas famílias, ou mesmo com professoras e professores (OLTRAMARI, 2015).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Bolsa de Extensão Arte e Cultura (PIBEAC), pelo financiamento do projeto.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG, 2011).

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GORCZEVSKI, Clovis & TAUCHEN, Gionara. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. Educação. Porto Alegre, v.31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008.

OLTRAMARI, Lendro Castro. Educação, Diversidade e Direitos Humanos:a formação de professoras a partir da alteridade radical In:LAGO, Mara Coelho de Sousa et al. Especialização em gênero e diversidade na escola: Livro III, Módulo III. Tuabarão: Ed. Copiart, 2015.

SANTANA, M. A.; MULLER, M. L. R. Relações Raciais no cotidiano escolar: dizeres de diretoras de duas escolasmunicipais de Cuiabá. In: COPENE –VII CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 2012, Florianópolis, SC. Anais...Florianópolis, v.7, p.3-232, 2012.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Pedagogias Feministas: uma introduçãoIn: Iole Macedo Vanin e Terezinha Gonçalves (Org.), Caderno de textos gênero e Trabalho. Salvador: REDOR, 2006